

O DESENVOLVIMENTO RECENTE DA AGRICULTURA BRASILEIRA

A herança histórica

Procuramos mostrar anteriormente que, com a industrialização da agricultura, as limitações impostas pela Natureza à produção agropecuária vão sendo gradativamente superadas. É como se o sistema capitalista passasse a "fabricar" uma Natureza adequada à sua sede de maiores lucros, a partir das conquistas tecnológicas da sua própria indústria.

Mas o desenvolvimento das relações capitalistas na agricultura tem particularidades em relação ao da indústria. A principal delas é que o meio de produção fundamental na agricultura — a terra — não é suscetível de ser multiplicado (reproduzido) ao livre arbítrio do homem, como o

são as máquinas e outros meios de produção e instrumentos de trabalho.

É exatamente por ser a terra um meio de produção relativamente *não* reprodutível — ou pelo menos, mais complicado de ser multiplicado — que a forma de sua apropriação histórica ganha uma importância fundamental. Desde que a terra seja apropriada privadamente, o seu dono pode arrogar-se o direito de fazer o que quiser com aquele pedaço de chão. Em alguns países, como no caso do Brasil, o proprietário de terra tem até mesmo o direito de não utilizá-la produtivamente, isto é, deixá-la abandonada, e de impedir que outro a utilize. Por isso é que a estrutura agrária — ou seja, a forma como a terra está distribuída — torna-se assim o "pano de fundo" sobre o qual se desenrola o processo produtivo na agricultura.

Se fosse fácil fabricar novas terras, pouca importância teria a forma de apropriação dos solos criados pela Natureza, quer dizer, dos solos não fabricados. Já dissemos anteriormente que o sistema capitalista procura superar essa barreira da limitação dos solos disponíveis fabricando as terras necessárias através da utilização de tecnologias por ele desenvolvidas. Por exemplo, um determinado pedaço de solo não pode ser utilizado porque está inundado, ou porque é muito duro e seco, ou ainda porque tem baixa fertilidade e não produz nada. Ora, com o uso de fertilizantes

e de máquinas pode-se fazer a correção desses "defeitos" através da drenagem, aração, irrigação, etc.

Claro que é possível hoje "fabricar terras" ou até mesmo produzir alimentos e animais praticamente sem usar terra, como, por exemplo, através da agricultura hidropônica ou do confinamento. Mas, evidentemente, isso não aconteceu num passe de mágica, senão que pressupõe toda uma história do desenvolvimento das relações de produção capitalistas no campo, e das transformações que se operaram entre os vários agentes sociais da produção agrícola.

Seria necessário, portanto, que iniciássemos pela ocupação histórica, inicial, das terras no Brasil, e que fôssemos acompanhando esse desenvolvimento. Todavia, acreditamos que os trabalhos existentes sobre o tema⁴ colocam muito bem a questão fundamental: -a propriedade fundiária constituiu o elemento fundamental que separava os trabalhadores dos meios de produção na agricultura brasileira.- Vamos recapitular rapidamente essa história.

-O início da colonização do território brasileiro se fez com a doação de grandes extensões de terra a particulares, denominadas sesmarias. Daí surgiram os latifúndios escravistas: a necessidade de exportar em grande escala e a escassez de mão-de-obra na colônia uniram-se à existência de um rentável mercado de tráfico de escravos.

Todas as atividades produtivas da colônia giravam em torno da agricultura e do comércio, praticamente não havendo indústrias. O latifúndio escravista produzia para exportar, essa era a sua finalidade básica. O produto mudava de acordo com os interesses da metrópole: primeiro açúcar e, no fim da escravidão, o café. A exportação da produção, aliada à importação de escravos, é que garantia a lucratividade dos capitais comerciais metropolitanos.

O latifúndio escravista era o eixo de atividade econômica da colônia, definindo as duas classes sociais básicas: os senhores e os escravos. Mas em torno deles havia uma massa heterogênea de brancos que não eram senhores, de negros libertos que não eram escravos, de índios e de mestiços, que desempenhavam uma série de atividades. Vários eram "técnicos" empregados nos próprios latifúndios, como escreventes, contadores, capatazes, etc. Outros se dedicavam ao pequeno comércio, como mascates, vendedores ambulantes, etc. E outros ainda eram agricultores: ocupavam certos pedaços de terra, onde produziam sua subsistência e vendiam parte da produção nas feiras das cidades. Aí está a origem da pequena produção no Brasil e sua estreita ligação com a produção de alimentos.

Os latifúndios também produziam gêneros alimentícios. Na maioria das vezes essa produção era feita também por pequenos agricultores, que

pagavam uma renda ao proprietário, pela utilização das suas terras. Outras vezes, a produção de alimentos era feita pelos próprios escravos nos seus "tempos livres" — domingos, feriados ou depois de terminada a jornada no eito.

Mas a produção de alimentos do latifúndio variava muito em função do preço do seu produto principal destinado à exportação. Por exemplo, quando o preço do açúcar (e mais tarde do café) subia no mercado mundial, todas as terras e os escravos eram utilizados para expandir a sua produção, diminuindo assim a produção de alimentos. Nesses períodos havia fome na colônia e as autoridades estimulavam os pequenos agricultores a expandirem sua produção, para abastecer não só as vilas e cidades, como às vezes os próprios latifúndios.

No início do século XIX, a extinção do regime de sesmarias, aliada à ausência de outra legislação regulando a posse das terras devolutas, provoca uma rápida expansão dos sítios desses pequenos produtores.

Em meados desse mesmo século, começa a declinar o regime escravocrata. Sob pressão da Inglaterra — agora interessada num mercado comprador para seus produtos manufaturados, e não apenas interessada em vender escravos — o Brasil proíbe o tráfico negreiro em 1850.

É sintomático que nesse mesmo ano se crie uma nova legislação definindo o acesso à proprie-

dade — a Lei de Terras, como ficaria conhecida — que rezava que todas as terras devolutas só poderiam ser apropriadas mediante a compra e venda, e que o governo destinaria os rendimentos obtidos nessas transações para financiar a vinda de colonos da Europa. Matavam-se, assim, dois coelhos com uma só cajadada. De um lado, restringia-se o acesso às terras (devolutas ou não) apenas àqueles que tivessem dinheiro para comprá-las. De outro, criavam-se as bases para a organização de um mercado de trabalho livre para substituir o sistema escravista.

É fácil entender a importância da Lei de Terras de 1850 para a constituição do mercado de trabalho. Enquanto a mão-de-obra era escrava, o latifúndio podia até conviver com terras de "acesso relativamente livre" (entre aspas porque a propriedade dos escravos e de outros meios de produção aparecia como condição necessária para alguém usufruir a posse dessas terras). Mas quando a mão-de-obra se torna formalmente livre, todas as terras têm que ser escravizadas pelo regime de propriedade privada. Quer dizer, se houvesse homem "livre" com terra "livre", ninguém iria ser trabalhador dos latifúndios.

O período que vai da proibição do tráfico e da Lei de Terras até a abolição (1850/1888) marca a decadência do sistema latifundiário-escravista.

Após 1888, começa a se consolidar no país

um segmento formado por pequenas fábricas de chapéus, de louças, de fiação e tecelagem, etc. Essas indústrias servem para fortalecer e consolidar vários centros urbanos que antes eram puramente administrativos — cidades sem vida própria (quer dizer, sem gerar produtos), como se dizia — como, por exemplo, São Paulo e Rio de Janeiro. Embora bastante incipiente, esse princípio de industrialização — e a conseqüente urbanização daí decorrente — começa a provocar várias alterações na produção agrícola. Consolida-se a produção mercantil de alimentos fora das grandes fazendas de café. Além da produção de alimentos, os pequenos agricultores têm também agora a possibilidade de produzir matérias-primas para as indústrias nascentes (como, por exemplo, o algodão, o tabaco, etc.), uma vez que o latifúndio continua a monopolizar a produção destinada à exportação — o café.

As alterações de preços dessa cultura provocam crises periódicas durante o início do século XX, culminando em 1932, ano em que se dá o auge dos reflexos da crise de 29 sobre o setor cafeeiro.

O período que se estende de 1933 a 1955 marca uma nova fase de transição da economia brasileira. Nesse período, o setor industrial vai-se consolidando paulatinamente e o centro das atividades econômicas começa vagarosamente a se deslocar do setor cafeeiro — exportador. A indústria gradativamente vai assumindo o comando

do processo de acumulação de capital: o país vai deixando de ser "eminentemente agrícola" (como alguns ainda crêem ser a sua "vocação histórica").

Durante essa fase, a industrialização se faz pela "substituição das importações": um determinado produto, que era comprado no exterior, passa a ter sua produção estimulada no país através de barreiras alfandegárias, que incluíam desde impostos elevados até a própria proibição da importação. Mas vai ficando cada vez mais difícil essa substituição. Antes eram tecidos, louças, chapéus; agora são eletrodomésticos, carros, que precisam ser produzidos internamente.

E para isso se faz necessário primeiro implantar a indústria pesada no país: siderurgia, petroquímica, material elétrico, etc. — o que é feito no período de 1955/61. Resolvido o problema da indústria, vai-se iniciar o que se poderia chamar de *industrialização da agricultura*.

No início dos anos sessenta, que corresponde ao final da fase de industrialização pesada no Brasil, instalam-se no país as fábricas de máquinas e insumos agrícolas. Assim, por exemplo, são implantadas indústrias de tratores e equipamentos agrícolas (arados, grades, etc.), fertilizantes químicos, rações e medicamentos veterinários, etc. Evidentemente a indústria de fertilizantes e defensivos químicos só poderia se instalar depois de constituída a indústria petroquímica; a indústria

de tratores e equipamentos agrícolas, depois de implantada a siderurgia; e assim por diante. O importante é que, a partir da constituição desses ramos industriais no próprio país, a agricultura brasileira iria ter que criar um mercado consumidor para esses "novos" meios de produção. Para garantir a ampliação desse mercado, o Estado implementou um conjunto de políticas agrícolas destinadas a incentivar a aquisição dos produtos desses novos ramos da indústria, acelerando o processo de incorporação de modernas tecnologias pelos produtores rurais. A industrialização da agricultura brasileira entrava assim numa outra etapa.

O diagnóstico da estrutura agrária como obstáculo à industrialização

Como já dissemos, no final dos anos cinquenta e início da década dos sessenta a agricultura brasileira passou a ser um dos temas centrais em discussão. Os vários diagnósticos — entre os mais progressistas e respeitados, diga-se de passagem, como, por exemplo, aqueles inspirados no arcabouço teórico da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) — convergiam na tentativa de mostrar que a nossa estrutura agrária extremamente concentrada era *limitante* ao processo de industrialização do país.

Os argumentos principais, do ponto de vista daqueles que pregavam a necessidade da industrialização do país, diziam respeito à concentração da propriedade (e da posse) da terra nas mãos de uns poucos latifúndios, o que para eles representava:

a) um "estrangulamento" na oferta de alimentos aos setores urbanos, pois a produção reagia menos que proporcionalmente ao crescimento dos preços (em linguagem econômica, era inelástica). Assim, na medida em que fosse aumentando a proporção da população brasileira nas cidades, tenderia a haver uma pressão nos preços dos alimentos, com conseqüente reflexo no crescimento dos salários, tornando inviável o processo de industrialização;

b) a não ampliação do mercado interno para a indústria nascente. As fazendas eram quase que auto-suficientes, baseadas numa economia "natural": não adquiriam a grande maioria dos produtos de que necessitavam, confeccionando-os aí mesmo em bases artesanais.

Não se podia pensar que a indústria nascente brasileira tivesse condições de competição no exterior, ficando as suas possibilidades de mercado restritas ao país. Como a grande maioria da população ainda vivia na agricultura, esta deveria ser responsável por uma parcela substancial do mercado. Mas a estrutura agrária extremamente concentrada permitia que as grandes fazendas continua-

sem praticamente auto-suficientes, ou seja, não conectadas à economia como um todo. Daí o diagnóstico de uma estrutura agrária feudal ou com restos do feudalismo, enquanto outros negavam o feudalismo ao ressaltar a sua dependência do setor exportador. Mas, de qualquer maneira, o diagnóstico coincidia no seguinte aspecto: a agricultura, de modo geral, não viria a se constituir num mercado para o setor industrial nascente, representando, portanto, um estrangulamento do processo de industrialização do país.

O que vamos procurar mostrar a seguir é que a estrutura agrária continuou concentrada (e até mesmo o grau de concentração aumentou a partir dos anos sessenta), mas houve uma transformação interna — ao nível das relações de produção — que permitiu que a agricultura respondesse às necessidades da industrialização. Ou seja, houve simultaneamente:

- a) um aumento da oferta de matérias-primas e alimentos para o mercado interno sem comprometer o setor exportador que gerava divisas para o processo de industrialização, via substituição das importações;
- b) a agricultura se conectou ao circuito global da economia não apenas como compradora de bens de consumo industriais, como também houve o que podemos chamar de uma verdadeira "industrialização da agricultura", na medida em que esta passou a demandar quanti-

dades crescentes de insumos e máquinas geradas pelo próprio setor industrial.

Vejamos inicialmente como se deu a evolução da estrutura agrária brasileira nesses últimos anos.

Na primeira metade dos anos sessenta, que corresponde ao período da crise econômica de 1961/67, há um aumento praticamente generalizado de todos os tamanhos de propriedade. Mas ainda assim podemos notar que o crescimento das grandes propriedades é maior que o das pequenas, segundo os dados disponíveis do INCRA e do IBGE. Já no período seguinte, 1967/72, que corresponde ao período de crescimento e auge do que ficou conhecido como "milagre brasileiro", aumenta apenas o número de grandes propriedades. As pequenas propriedades perdem terreno, ou seja, são engolidas pelas grandes, no que se convencionou chamar, à semelhança do fenômeno biológico onde as grandes bactérias engolem e digerem as pequenas à sua volta, "processo de fagocitose". Assim, por exemplo, uma usina de açúcar, quando adquire um sítio em suas proximidades, derruba as cercas e árvores frutíferas, casa do morador, etc., convertendo todas as terras em canaviais, de modo que dificilmente depois de alguns anos se poderá identificar qualquer vestígio da outra unidade de produção que ali existiu.

No período 1972/76, que coincide com uma forte expansão da fronteira agrícola na Amazônia

Legal (incluindo aí parte da Região Centro-Oeste), há novamente uma multiplicação das pequenas propriedades, embora haja também um crescimento ainda maior das grandes, especialmente as ligadas às empresas multinacionais.

A dinâmica da recriação/destruição da pequena propriedade na década dos sessenta/setenta no Brasil, portanto, é mais ou menos a seguinte: na fase de *subida do ciclo* econômico, as pequenas propriedades são engolidas naquelas regiões de maior desenvolvimento capitalista no campo e empurradas para a fronteira, na maioria das vezes na forma de pequenos posseiros. Na fase de *descenso do ciclo*, as pequenas propriedades se expandem, é verdade, mesmo em certas regiões de maior desenvolvimento capitalista e/ou de estrutura agrária consolidada. Mas essa expansão é sempre limitada em termos absolutos e quase nunca significa também um crescimento relativo, pois em termos mais gerais, do país ou mesmo das regiões, a grande propriedade no Brasil vem crescendo sempre a taxas superiores às das pequenas.

Em resumo, nas épocas favoráveis de expansão da atividade econômica, o grande prospera e engole os pequenos à sua volta. Na "crise", ao contrário, o grande se retrai. Ou seja, nas épocas desfavoráveis, a grande propriedade procura reduzir os seus "custos variáveis" e os seus "riscos", repassando a responsabilidade pela explo-

ração de parte de suas terras para pequenos parceiros e arrendatários.

É importante ressaltar que essa "crise" de que falamos não é necessariamente uma crise no sentido do ciclo econômico. Pode ser também uma catástrofe climática (seca, inundação, etc.), por exemplo, ou uma queda drástica de preços de um determinado produto agrícola, etc. A situação é típica, por exemplo, no caso das grandes geadas de café: nos anos imediatamente subseqüentes aumenta o número de parceiros. É que é preciso cortar o cafezal queimado e esperar vários anos para que ele rebrote e volte a produzir. O proprietário então "dá a terra em parceria", para evitar ter que pagar os salários íntegrais, até que o café volte a produzir. O trabalhador rural cuida do cafezal até que ele se recupere plenamente e em troca disso recebe pagamentos irrisórios em dinheiro e a permissão de plantar, nas entrelinhas, gêneros de subsistência, cuja colheita ainda tem que repartir com o patrão.

Vê-se então claramente que, num período de prosperidade da economia agrária, as pequenas explorações — especialmente aquelas que têm formas precárias de acesso à terra — são engolidas pelos grandes estabelecimentos agropecuários, ficando as suas possibilidades de crescimento nesses momentos, também, praticamente restritas aos movimentos de expansão da fronteira agrícola. Foi exatamente isso o que aconteceu nas

décadas de sessenta e setenta na agricultura brasileira: um aumento da concentração fundiária, acompanhado de uma rápida expansão de fronteira agrícola.

Vamos explicar agora o que significou essa concentração fundiária que acompanha o desenvolvimento do capitalismo na agricultura brasileira, e por que essa concentração não significou um estrangulamento do mercado interno para a indústria, senão justamente o contrário.

A agricultura brasileira depois de 1960 mostrou um claro processo de diferenciação em três grandes regiões:

- a) o Centro-Sul, onde a agricultura se moderniza rapidamente pela incorporação de insumos industriais (fertilizantes e defensivos químicos, máquinas e equipamentos agrícolas, etc.);
- b) o Nordeste, que após a incorporação da fronteira do Maranhão (em meados dos anos sessenta) e, mais recentemente, a da Bahia, permanece sem grandes transformações fundamentais no conjunto de sua agropecuária;
- c) a Amazônia, incluindo aí boa parte da região Centro-Oeste (Mato Grosso e Goiás), que representou a zona de expansão da fronteira agrícola a partir do início dos anos sessenta.

Não se pode hoje, portanto, falar senão abstratamente numa "agricultura brasileira" de modo geral. É preciso descer a mais detalhes se quisermos enxergar realmente o que significa esse processo

de desenvolvimento capitalista na agricultura brasileira e o processo de concentração fundiária a ele associado. Infelizmente não é possível fazer isso aqui.

Mas vale a pena apresentar, ainda que rapidamente, os dados mais recentes de que se dispõe sobre a distribuição da posse das terras no Brasil. Se ordenarmos os quase 5 milhões de estabelecimentos agropecuários recenseados em 1975 do menor para o maior (isto é, colocando em ordem crescente de tamanho), podemos estabelecer as seguintes conclusões:

- a) 50% dos estabelecimentos possuíam apenas 2,5% da área recenseada. Ou seja, quase 2,5 milhões de pequenos produtores se espremiavam em cerca de 8 milhões de hectares, cabendo a cada um apenas 3 hectares em média;
- b) somente 1% dos grandes estabelecimentos se apropriava de 45% da área total. Ou seja, menos de 50 mil propriedades eram donas de quase 150 milhões de hectares, sendo que cada uma delas tinha em média uma área de quase 3 000 hectares;
- c) assim, se juntássemos cerca de 1 000 dos estabelecimentos daqueles pequenos produtores, eles caberiam todos dentro de apenas uma dessas imensas fazendas.

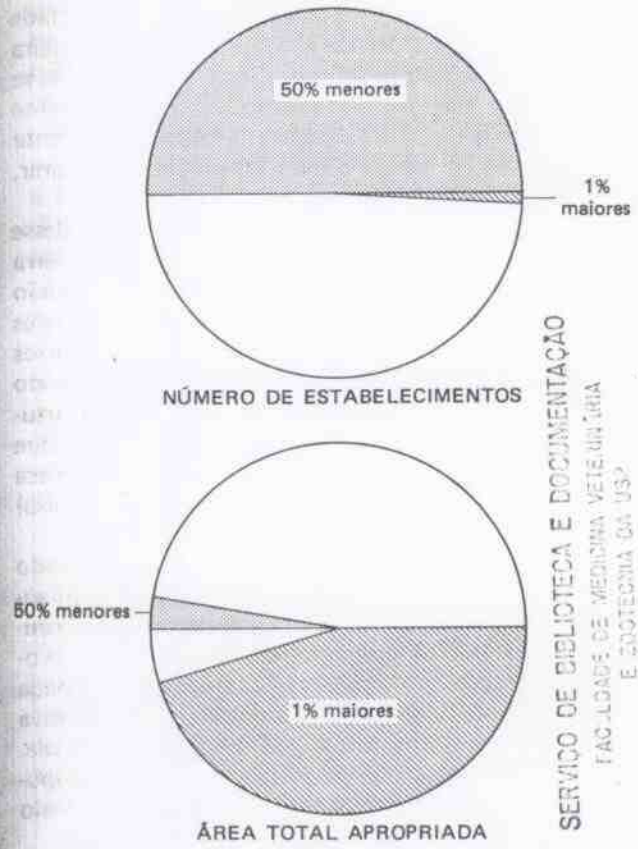
Lembrando que a terra é o item mais importante do valor venal dos estabelecimentos agrícolas e também que ela é fonte de prestígio e meio

de acesso a outras formas de riqueza, a relação entre as áreas possuídas pode ser tomada como uma aproximação do poder político, econômico e social do grande fazendeiro em relação aos pequenos produtores, no nosso país.

O gráfico seguinte ilustra essa idéia mostrando a diminuta fatia do bolo que cabe à metade dos agricultores brasileiros, enquanto que uma pequena minoria de grandes proprietários se apossa de imensas áreas de terras.

Muitos argumentam que essa concentração da posse das terras no Brasil não deve preocupar porque há ainda muitas terras devolutas a serem incorporadas pela expansão da fronteira agrícola. De fato, a expansão da fronteira agrícola nas últimas décadas foi muito grande, mas isso não melhorou a distribuição fundiária do país. Pelo contrário, recentemente, a presença de grandes empresas multinacionais agravou o problema. Entre 1960 e 1970, por exemplo, o número de estabelecimentos agropecuários passou de 3,3 milhões para 4,9 milhões, e a área que ocupavam, de 250 milhões de hectares para 294 milhões, o que significou uma ampliação de 44 milhões de hectares em 10 anos. Em 1975, o Censo Agropecuário indicava 5 milhões de estabelecimentos e uma área de 324 milhões de hectares, o que significou cerca de 30 milhões de hectares a mais em apenas 5 anos, ou seja, um ritmo ainda maior de expansão do que o dos anos sessenta.

Gráfico 1: Distribuição dos estabelecimentos agropecuários no Brasil segundo o tamanho (censo de 1975).



SERVIÇO DE BIBLIOTECA E DOCUMENTAÇÃO
 FACULDADE DE MEDICINA VETERINÁRIA
 E ZOOTECNIA DA USP
 BIBLIOTECA RAMAL / CIZIP

Mas convém notar que o número de estabelecimentos só aumentou em 100 mil no período de 1970/75, contra 1,6 milhões no período de 1960/70. Isso significa que na primeira metade da década dos setenta a expansão da fronteira agrícola — ao contrário dos anos sessenta — deu-se com base em grandes fazendas, especialmente na Região Amazônica. Assim, a expansão recente da fronteira agrícola no país, ao invés de melhorar, tem agravado a concentração das terras.

Porém, o que significou a manutenção desse padrão de concentração da propriedade da terra tão elevado no Brasil, aliado a uma rápida expansão da fronteira agrícola? Significou que milhares de pequenos posseiros, parceiros, arrendatários e mesmo pequenos proprietários que iam perdendo as terras que possuíam não tiveram nova oportunidade na agricultura. Em outras palavras, que tiveram de se mudar para as cidades em busca de uma nova maneira (nem sempre satisfatória) de ganhar a vida.

Em resumo, a manutenção de um elevado grau de concentração da terra no país funcionou como um acelerador do processo de urbanização. Por isso é que, quando analisamos a evolução no tempo da força de trabalho ocupada no Brasil, destaca-se a rápida redução relativa do número de famílias ocupadas no setor agrícola. Por exemplo: em 1960, a distribuição da população ativa entre agricultura e indústria era meio

a meio; em 1970, apenas 40% das famílias ocupadas no país dedicavam-se à agricultura. Tomando-se os valores absolutos, o aumento das atividades *não* agrícolas fica ainda mais evidente: de 6,7 milhões de famílias ocupadas, em 1960, passamos a ter 11,2 milhões em 1970, isto é, quase o dobro.

Que importância tem isso? Ora, essa urbanização da população ativa significou exatamente a *ampliação do mercado interno para a indústria*. O povo da cidade tem que comprar as coisas de que necessita; não pode produzi-las na sua própria casa, como muitas vezes ocorria nas fazendas.

Esse processo de urbanização significou também uma transformação nas próprias atividades agrícolas. As fazendas não podiam mais ser auto-suficientes na produção de alimentos e dedicaram-se apenas à comercialização dos produtos de exportação. Era preciso produzir para alimentar o povo das cidades. Para fazer frente a essa demanda crescente do setor urbano, desenvolveu-se uma produção mercantil de alimentos para abastecer o consumo interno do país. Mas a transformação da agricultura brasileira nos anos sessenta não parou na expansão do setor mercantil de alimentos. Na medida em que as propriedades se voltavam mais e mais para o mercado, houve também uma transformação qualitativa interna a elas: houve uma *especialização* da produção.

Quer dizer, não eram mais fazendas no sentido genérico, que produziam tudo, desde o arroz, o leite, até a cana e o café. Agora eram fazendas de cana, fazendas de café, fazendas de leite, fazendas de arroz, etc.

Mas não foi também uma especialização apenas de produção: a própria concepção da produção agrícola se especializou. Antes, as fazendas produziam tudo o que era necessário à produção: os adubos, os animais e até mesmo alguns instrumentos de trabalho, bem como a própria alimentação dos seus trabalhadores. Agora, não: os adubos são produzidos pela indústria de adubos; parte dos animais de trabalho foi substituída pelas máquinas produzidas pela indústria de máquinas e equipamentos agrícolas, etc.

Isso significa que a própria agricultura se especializou, cedendo atividades para novos ramos não agrícolas que foram sendo criados. Em outras palavras, a própria agricultura se industrializou, seja como compradora de produtos industriais (principalmente insumos e meios de produção), seja como produtora de matérias-primas para as atividades industriais.

A moral da estória é simples: a própria industrialização criou o mercado de que necessitava para sua expansão. De um lado, pelo processo simultâneo de ampliação da fronteira agrícola e de urbanização crescente da população anteriormente dedicada às atividades agropecuárias. De

outro lado, pelas transformações que provocou na própria agricultura, ao transformá-la também numa "indústria", que compra certos insumos (adubos, máquinas) para produzir outros insumos (matérias-primas para as indústrias de alimentos, tecidos, etc.).

É importante destacar aqui um aspecto fundamental da economia capitalista, de que não se deram conta muitos dos que afirmavam que a estrutura agrária seria um obstáculo à industrialização: a ampliação do mercado não é apenas aumento do consumo de bens finais, mas principalmente o crescimento do consumo de bens intermediários.

Para exemplificar, tomemos uma economia imaginária que produza apenas 100 pães. Uma coisa é esses pães serem produzidos por camponeses que plantam eles mesmos o trigo, fazem a farinha e consomem os pães. Outra coisa é quando o trigo é produzido por uma fazenda, que por sua vez compra adubos químicos de uma fábrica, depois vende o trigo aos moinhos, que por sua vez compram sacos de algodão, para embalar a farinha, de outra fábrica, a qual por sua vez compra algodão, para fazer sacos, de outra fazenda; a farinha finalmente é vendida às padarias que fazem os mesmos 100 pães, que são agora vendidos aos que trabalham nas fábricas e nas fazendas. Evidentemente, no caso dos camponeses que produzem o que consomem não existe

mercado algum. Mas a produção final é a mesma do caso em que os 100 pães são produzidos parcialmente por inúmeras fazendas e fábricas.

Isso nos leva à conclusão de que quanto maior for a circulação da produção — ou, visto pelo lado da oferta, quanto maior o número de fases de processamento do produto final — maior é o mercado numa economia capitalista. O valor final da produção — os 100 pães — pode até mesmo, numa situação hipotética, continuar o mesmo, porque a ampliação do mercado se faz basicamente pelo lado da oferta, à medida que se especializa a própria atividade produtiva.

Por isso é que *não* foi fundamental para a ampliação do mercado para a indústria brasileira o aumento do poder aquisitivo das “massas rurais”, pois essa ampliação não depende exclusivamente (nem principalmente) do poder aquisitivo da população. Ao contrário, a ampliação do mercado interno para a industrialização brasileira se fez, como em todo o mundo capitalista, pela proletarianização dos camponeses: através da sua expropriação como produtores independentes, convertendo-os em miseráveis “bóias-frias”.

Evidentemente não estamos querendo dizer que essa ampliação do mercado interno tivesse que ser *necessariamente* feita dessa maneira. Ou que não fosse possível ter sido também conseguida de outra maneira, como, por exemplo, por uma reforma agrária no campo e um aumento

dos salários reais dos trabalhadores. A explicação para o fato de não termos trilhado uma outra via — democrática talvez — de desenvolvimento do capitalismo no país deve ser buscada não nas questões econômicas, mas sim nos interesses e poder dos grupos sociais envolvidos nesse processo. Em outras palavras, a escolha deste ou daquele caminho foi uma questão eminentemente política. E enquanto tal só pode ser desvendada à luz dos conflitos que permearam a história recente da sociedade brasileira, o que escapa ao âmbito deste trabalho.

Finalmente, vale a pena ressaltar que o desenvolvimento do capitalismo, em particular no campo, é um caminho sempre cheio de contradições, e não havia de ser diferente no caso brasileiro. Pelo contrário, as contradições aqui foram acentuadas tanto pelo caráter extremamente desigual do desenvolvimento das várias regiões do país, como pela presença marcante do Estado nesse processo.

A questão agrária nos anos setenta

Já vimos anteriormente que determinadas maneiras de resolver a questão agrícola podem acabar agravando os problemas que dizem respeito à questão agrária. E que isso foi exatamente o que aconteceu no nosso país: a rápida industrialização da agricultura brasileira a partir dos anos

sessenta agravou ainda mais a miséria de expressivos contingentes da nossa população.

Mas ainda não especificamos as mudanças recentes ocorridas na agricultura brasileira, nem explicamos por que elas implicaram num *agravamento* da questão agrária. Para isso selecionamos três grandes modificações ocorridas na última década e que, em nossa opinião, tenderão a marcar profundamente o comportamento da agricultura brasileira no futuro próximo:

- a) o "fechamento" de nossas fronteiras agrárias, envolvendo as questões de colonização da Amazônia e da participação da grande empresa pecuária deslocando a pequena produção agrícola;
- b) o processo acelerado de modernização da agricultura no Centro-Sul do país;
- c) a crescente presença do capitalismo monopolista no campo, ou seja, de grandes empresas industriais que passaram a atuar tanto diretamente na produção agropecuária propriamente dita, como fortaleceram sua presença no setor da comercialização e de fornecimento de insumos para a agricultura.

Vamos detalhar as conseqüências de cada uma dessas transformações, para em seguida tentar uma análise das suas principais interdependências.⁵

a) O "fechamento" da fronteira agrícola

O padrão de crescimento da nossa agricultura

supôs sempre uma variável fundamental: a incorporação de novas áreas à produção, ou seja, a existência de uma fronteira agrícola em expansão.

A fronteira não é necessariamente uma região distante, vazia no aspecto demográfico. Ela é fronteira do ponto de vista do capital, entendido como relação social de produção. Não se deve pensar, pois, que a fronteira é algo externo ao "modelo agrícola" brasileiro, se é que podemos nos expressar assim. Ao contrário, a fronteira é simultaneamente condicionante e resultado do processo de desenvolvimento da agricultura brasileira. Vale dizer, a existência de "terras-sem-dono" na fronteira funciona como um regulador da intensificação de capital no campo, condicionando assim o seu desenvolvimento extensivo/intensivo. Em sentido contrário, o custo da intensificação de capital na agricultura determina o ritmo de incorporação produtiva das terras na fronteira.

A expansão da fronteira vinha desempenhando pelo menos três funções básicas no "modelo agrícola" brasileiro.

A primeira, no plano econômico, é que a fronteira era um "armazém" de gêneros alimentícios básicos, especialmente arroz e feijão. Quando a produção capitalista recuava por algum problema (seja de preço, seja de alteração climática), havia um suprimento do mercado nacional através do escoamento dos "excedentes" da pequena

produção camponesa, funcionando como estabilizador dos preços. Quando, entretanto, a fronteira se "fecha", esse efeito de amortecimento tem que ser buscado na importação de produtos agrícolas e no tabelamento dos preços.

A segunda, diríamos no *plano social*, é que a fronteira representava uma orientação dos fluxos migratórios. Ela era o "locus" da recriação da pequena produção, ou seja, o destino das famílias camponesas expropriadas e dos excedentes populacionais. Quando a fronteira se "fecha", passa a haver uma multiplicação de pequenos fluxos migratórios e um grande contingente populacional passa a perambular desordenadamente por todo o país.

A terceira função, vamos dizer no *plano político*, é que a fronteira era a "válvula de escape" de tensões sociais no campo. Os projetos de colonização no Brasil sempre foram pensados politicamente como alternativas a uma reforma agrária que mudasse a estrutura de propriedade da terra nas regiões Nordeste e Centro-Sul. Na medida em que se aguçavam tensões sociais, conflitos potenciais, pressões políticas e econômicas, a fronteira aparecia como o "novo Eldorado" para os pequenos produtores. E hoje o que se vê é que a própria fronteira está se tornando uma região de conflitos sociais pela posse da terra.

Quando dizemos que a fronteira está se fechando rapidamente, não estamos pensando no con-

ceito clássico de que não há mais terras para serem incorporadas ao processo de produção. O "fechamento" não tem o sentido de utilização produtiva do solo, mas sim de que não há mais espaços que possam ser ocupados por pequenos produtores de subsistência (são esses espaços que estamos chamando de "terras-sem-dono").

Na Amazônia, o "fechamento" não se dá por uma ocupação no sentido clássico de expansão das áreas exploradas a partir de regiões mais antigas, onde a produção capitalista substituiu a produção de subsistência, como se deu no Sudoeste do Paraná e no Sul de Mato Grosso. É, pelo contrário, um "fechamento de fora para dentro", onde a importância da terra como meio de produção passa a um plano secundário, frente às funções de "reserva de valor" contra a corrosão inflacionária da moeda e de meio de acesso a outras formas de riqueza a ela associadas, como as madeiras de lei, os minérios, o acesso ao crédito farto e barato e aos benefícios fiscais.

Em termos de seus reflexos para o futuro, dado que as terras da Amazônia foram apropriadas fundamentalmente como "reserva de valor", coloca-se a questão de como realizar esse valor; ou seja, como converter novamente a mercadoria terra em dinheiro, ou então como ocupá-la produtivamente de modo a obter um rendimento a partir da atividade agropecuária.

É preciso não esquecer que a terra funcionou

também na Amazônia como "contrapartida" dos incentivos fiscais, num jogo contábil onde o imóvel foi supervalorizado, de modo a obter, praticamente, "doações financeiras" do governo para projetos cuja grande maioria não passa ainda hoje de verdadeiras "vitrines", embora já tenha consumido a maior parte dos vultosos recursos previstos.

Assim, ou o governo mantém a atual política de incentivos fiscais, ou uma fração insignificante desses projetos terá condições de chegar a bom termo. Por isso, existe atualmente uma tendência a se "reavaliar" esses projetos, numa operação em que os empresários ficariam com as "vitrines" que construíram com os incentivos fiscais e destinariam as áreas restantes para projetos de colonização.

Assim, poderiam realizar o preço da terra, numa conjuntura onde a valorização da mesma parece estar perdendo o ímpeto inicial, além do que assegurariam mão-de-obra barata dos pequenos proprietários vizinhos e melhoramentos de infra-estrutura. Evidentemente, será preciso que o governo entre para "banciar" o negócio, isto é, financie os investimentos de infra-estrutura necessários. Isso pode ser muito atraente quando se procuram novos projetos-impacto que permitam captar dividendos políticos e sociais, como se pensava inicialmente lograr com a abertura da Transamazônica.

b) A modernização do Centro-Sul

É fato inegável que a modernização da agricultura, em especial a do Centro-Sul do país, se acelerou nos últimos anos. Mas é preciso destacar que esse processo não é completo, caracterizando o que se poderia chamar de uma *modernização parcial* da agricultura, num duplo sentido.

De um lado, porque essa modernização se restringe a alguns produtos e regiões. Não é necessário repetir que em função disso o café, a cana-de-açúcar, a soja, o trigo, etc., são chamados de "culturas de rico", ficando o feijão, o leite, a fava, grande parte do arroz e do milho conhecidos como "culturas de pobre". Tampouco é necessário enfatizar que o Centro-Sul do país não é somente a região que concentra a produção industrial, mas também a produção agrícola do país. São Paulo, por exemplo, conhecido por seu parque industrial, é também um dos estados mais importantes na produção agrícola do país.

O outro sentido em que se poderia chamar a modernização da agricultura brasileira de parcial é que, mesmo em relação aos produtos e áreas específicas em que se faz presente, ela atingiu apenas algumas fases do ciclo produtivo. Por exemplo, as culturas tropicais como a cana, café, cacau e borracha não têm a sua colheita mecanizada, seja por razões técnicas em alguns casos

e econômicas em outros.

A modernização parcial da agricultura, em especial do Centro-Sul do país, traz pelo menos três grandes reflexos para seu desempenho no futuro.

O primeiro é que as disparidades regionais se acentuaram, não apenas *entre* as três macro-regiões do país — Nordeste, Norte e Centro-Sul — mas também *dentro* dessas regiões. Diga-se de passagem, por exemplo, como ilustração das disparidades entre as regiões, que o Centro-Sul absorve hoje mais de 80% das máquinas e equipamentos agrícolas e dos fertilizantes e defensivos, participação essa que vem tendendo a crescer com a incorporação das áreas de cerrados do planalto central. Crescem também as disparidades dentro das regiões, por dois importantes fenômenos:

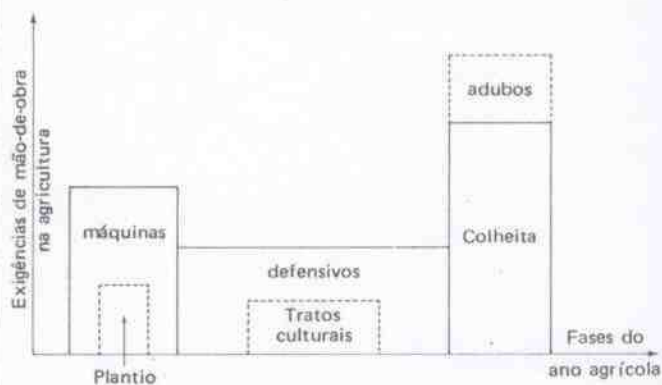
- a) a especialização de algumas áreas, que se transformam em monocultoras em função de economias externas (transporte, armazenamento, processamento do produto, etc.);
- b) o fato de o progresso técnico não se difundir no ritmo que esperavam aqueles que admitiam a falsa hipótese de um mercado de concorrência perfeita no campo, nem muito menos de esse progresso eliminar os menos eficientes, ou seja, aqueles que estivessem fora do "tamanho ótimo", conceito também falso, porque se baseia numa transposição de uma pretensa economia interna de escala que certamente

existe na indústria, mas não no atual estágio de desenvolvimento da agricultura brasileira (as evidências empíricas indicam que a cana-de-açúcar constitui-se na honrosa exceção que apenas confirma a regra).

O segundo reflexo importante dessa modernização parcial é o crescimento da sazonalidade⁶ do trabalho agrícola. Isso porque a modernização não atingiu todas as fases do ciclo produtivo, especialmente a fase da colheita, que é uma das mais exigentes em termos de mão-de-obra, e também porque o progresso técnico se incrustou em determinadas áreas de monoculturas específicas, reforçando as oscilações sazonais próprias do calendário agrícola. Isso não só acelerou violentamente o êxodo rural, como também transformou as relações de trabalho nessas áreas.

Assim, em algumas regiões do país, em certas épocas do ano há uma escassez temporária de mão-de-obra, enquanto que em outras épocas, naquelas mesmas regiões, há acentuados índices de subemprego e de desemprego aberto. Em outros termos, a modernização parcial da agricultura tem significado não apenas uma menor expansão (ou até mesmo uma redução) dos níveis de emprego, mas sobretudo um grande aumento do trabalho temporário no setor agrícola. Ressalte-se que esse aumento do trabalho temporário, representado pelo aumento (pelo menos relativo) do contingente dos assalariados temporários

Gráfico 2: Esquema ilustrativo da Variação das Exigências de Mão-de-Obra por unidade de área segundo as fases do ano agrícola na agricultura moderna e tradicional.



A linha tracejada reflete uma *maior* sazonalidade do trabalho rural na agricultura moderna, tanto pelo fato de ter reduzido a mão-de-obra necessária nas atividades do plantio e dos tratos culturais e aumentado na colheita, como por ter introduzido a descontinuidade da ocupação durante o ano agrícola, devido a que a mesma atividade pode ser realizada em menor tempo.

conhecidos como volantes, ou bóias-frias, tem significado uma redução no seu nível de renda familiar, dado que geralmente encontram trabalho em apenas metade dos dias úteis do ano. Isso vem obrigar à incorporação crescente de mulheres e crianças em idade escolar, especialmente por ocasião das atividades da colheita, segundo

se pode demonstrar a partir dos dados do Censo Agropecuário de 1975, na tentativa de manter o nível de renda familiar.

Como um aparente paradoxo, com a queda do nível de vida desse contingente cada vez mais numeroso de assalariados temporários, os salários rurais continuam crescendo como forma de garantir a oferta necessária de mão-de-obra nos momentos de pico. Deve-se recordar que é exatamente esse crescimento dos salários reais, aliado à escassez temporária de mão-de-obra que ameaça o ciclo produtivo no momento crucial da colheita, que representam os incentivos necessários para a mecanização dessa atividade. E que, se isso ocorrer, passaremos de um problema de subemprego dos volantes para o de desemprego aberto, a menos que os outros setores da economia possam absorver esses contingentes de mão-de-obra liberados do campo. Em outras palavras, caso a modernização da agricultura brasileira se complete ao nível dos ciclos produtivos das nossas principais culturas tropicais — tendências que vêm se delineando para curto prazo — só teremos agravados os índices de pobreza dos trabalhadores rurais. É oportuno lembrar aqui que a "culpa" não deve ser atribuída à mecanização em si, como querem alguns; seria muito bom que os volantes trabalhassem metade dos dias do ano, se ganhassem o suficiente para viver os outros dias sem trabalhar.

O terceiro grande reflexo dessa modernização

parcial da agricultura diz respeito ao que se poderia chamar de uma tendência à unificação do mercado de mão-de-obra não qualificada nas regiões de agricultura mais desenvolvida. Essa tendência pode ser traduzida no fato de os salários rurais passarem a acompanhar as variações dos salários urbanos, especialmente da mão-de-obra empregada na construção civil e nas demais atividades urbanas que exigem pouca qualificação. Essa unificação, se de um lado permite evitar um crescimento maior dos salários nos momentos de pico de demanda de mão-de-obra por parte das atividades agrícolas, de outro lado representa uma dificuldade crescente para a ação do Estado no sentido de minorar o subemprego. Por exemplo, grandes obras de construção civil, ou ainda uma política de descentralização industrial nessas regiões de agricultura parcialmente modernizada, só viriam a agravar a competição por mão-de-obra em algumas épocas do ano. O mesmo ocorreria em relação a uma política que incentivasse o processamento local da produção agrícola, dado que as agroindústrias também têm uma demanda sazonal de força de trabalho, com o pico na mesma época das colheitas, o que viria a agravar ainda mais a escassez sazonal de mão-de-obra nessas regiões.

E nunca é demais repetir que é exatamente essa escassez temporária que representa para os empresários um estímulo adicional à procura

de novas formas de poupar mão-de-obra, o que tenderia a gerar ainda menores níveis de emprego no setor agrícola como um todo. E num país como o nosso, onde a indústria é altamente oligopolizada e com sofisticados padrões tecnológicos determinados em função das necessidades de economias mais desenvolvidas, a agricultura precisa reter mão-de-obra, criar empregos, ao contrário do que se propaga nas suas chamadas "funções clássicas", que valiam para a época do nascimento do capitalismo concorrencial.

Nesse sentido, é importante salientar que a modernização, ainda que parcial, da agricultura brasileira só tem sido possível graças à fundamental ação do Estado, subsidiando a aquisição de insumos, máquinas e equipamentos poupadores de mão-de-obra. Enquanto esses produtos chegam a ser incentivados com altas taxas de juros reais negativas (em alguns casos superiores a 25% a.a.), os salários carregam sobre si um ônus adicional de pelo menos 30% para o empregador. E, como ainda assim se mostram competitivos, isso nada mais demonstra do que os baixos níveis de remuneração a que estão submetidos os trabalhadores rurais brasileiros.

~~c) A crescente presença do capital monopolista no campo~~

A terceira importante modificação na agricul-